



A FÉ SEGUNDO KANT NOS LIMITES DA RAZÃO

Ramiro Délio Borges de Meneses¹

RESUMO

Aqui é definido o sentido de fé, que foi um elemento muito importante na redação da filosofia da religião de Kant. Naturalmente, o filósofo da Prússia analisou doutrinas cristãs buscando alguma inspiração teórica. No entanto, ele afirmou que ideias relevantes de seu pensamento ou religião eram, de fato, inspiradas pela leitura das ideias bíblicas como a de revelação e mal radical. A fé cristã é altamente apreciada por Kant dentre as religiões do mundo porque, historicamente, ela tem sido um promovedor formidável da educação moral. O idealismo de Kant impulsiona-o a negar alguma importância à teologia cristã, e o verdadeiro significado das doutrinas cristãs deveria ser determinado pela teologia racional, à parte da reflexão filosófica lidando com questões religiosas. O racionalismo de Kant poderia ser corrigido com maior atenção ao valor da revelação cristã. Em conclusão, o artigo nota que, em Kant, a estrutura de liberdade restringe o significado de evento salvífico de acordo com a revelação.

Palavras-chave: Kant, revelação, razão, categoria imperativa; fé e religião.

ABSTRACT

I define the sense of Faith that was a very important element in the making of Kant's Philosophy of Religion. Naturally, the Prussian philosopher analyzed Christian doctrines searching for some theoretical inspiration. However, he asserts that relevant ideas of his thought or religion were in fact inspired by the reading of the Bible ideas such as those of revelation, and radical evil. Christian faith is highly appreciated by Kant among the world's religions, because historically it has been

1 Ramiro D. B. de Medeiros (Dr.). Professor Adjunto do Instituto Politécnico de Saúde do Norte- Gandra e Famalicão; Investigador do Centro de Estudos Filosóficos da Faculdade de Filosofia de Braga – U.C.P.

a formidable promoter of moral education. Kant's idealism, by the way, compels him to deny some importance to Christian theology, instead the true meaning of Christian doctrines should be determined by rational theology, the part of the philosophical reflexion dealing with religions questions. Kant's rationalism could be corrected by greater attention to the value of Christian revelation. In conclusion, the article notes that in Kant the structure of freedom restricts the meaning of the salvific event according the Revelation.

Keywords: Kant, revelation, reason, categorical imperative, faith, and religion.

I. INTRODUÇÃO

Kant considerava que o cristianismo representava a única religião que se identifica com a causa de uma religião moral universal. Se a moral de Kant encontra a Bíblia no seu caminho, é porque já era bíblica no seu início. Aqui começam *de fato* as relações entre revelação e fé, como objeto da teologia fundamental, que, pela pena de Ebeling, teólogo protestante e também conhecedor do pensamento kantiano, afirma-se como “acontecimento da palavra”. Além da simpatia pelo que é cristão, Kant pretendeu exercer dentro desta “fé religiosa” um influxo catártico com o fim de iluminar a implícita racionalidade do cristianismo.²

Como já tinha visto Schopenhauer, na sua crítica à ética deontológica kantiana, essa moral (*Metaphysik der Sitten*) continha um elemento teológico na sua orientação, uma inspiração cristã, a exigência de perfeição absoluta ou a afirmação da responsabilidade humana frente à justiça divina.³

Entretanto, o que é certo, afirma Zac, é que o cristianismo reformado constitui o horizonte intelectual de Kant. Segundo o

2 Cf. WEBB, John. *Kant's Philosophy of Religion*. Oxford: University Press 1926, p. 202.

3 Cf. MAGGE, Bruno. *The Philosophy of A. Schopenhauer*. Oxford: University Press 1983, p. 32.

filósofo de Koenigsberg, a reflexão filosófica não tem um início absoluto e não pode separar-se do conteúdo cultural de índole religiosa.⁴

Contudo, historicamente, é certo que, dentro da “*Aufklaerung*”, as conclusões de Kant foram mais moderadas do que as de outros pensadores que o influenciaram, como Espinosa e Hume, ou que foram seus discípulos, como Fichte.

Mesmo assim, Kant, como um “ilustrado”, foi marcado pelo objetivismo da “*Aufklärung*” e fracassou na hora de dar conta da razão perante a justiça da realidade do crer cristão. Como bem sentenciou outro discípulo de Kant, Schelling, a “*Aufklärung*” foi incapaz de iluminar o universal do cristianismo. Nesse sentido, merece o epíteto de “*Aukläreerei*”. Ao longo deste estudo de homenagem ao filósofo dos direitos humanos, procuraremos delimitar o sentido da revelação no âmbito da religião, nos limites da razão, sendo abordadas as relações entre as teologias reveladas e a racional.⁵

II. SENTIDO DE FÉ EM KANT

A fé cristã, segundo Kant, é a forma mais convincente de acreditar numa revelação divina, porque será uma síntese perfeita entre a religiosidade natural (moral) e alguns outros elementos que podem admitir-se como revelação divina.

No entanto, essa tese é paralela a outra segundo Leibniz: a essência do cristianismo consiste na máxima perfeição moral.

Kant prossegue dizendo que o cristianismo é a ideia da

4 Cf. ZAC, Stefano. “Religion naturelle et religions révélées selon Kant”. In: *Revue de Métaphisique et de Morale*, Nr. 73, 1968, p. 126.

5 Cf. NOEMI, Joachin. “Schelling filósofo de la Ilustración”. In: *Theologia y la Ilustracion*. Nr. 33, 1992, p. 129-140.

religião que, de uma maneira geral, deve fundamentar-se na – *Vernunft* – apresentando-se como natural.

A revelação bíblica, que é de inspiração divina, será um modo como a fé se introduz na vida dos homens.

Assim mesmo, em Kant, a Bíblia poderá pretender a aparência de uma certa revelação – *das Ansehengeleich einer Offenbarung behaupten*

Kann—⁶ com o intuito de conter a doutrina religiosa pura, harmonizada com estatutos necessários para explicar a religião moral ao gênero humano.

Sem dúvida que Kant não era um “deísta” que pretenderia reduzir o evangelho a um conjunto de ideias ou normas morais naturais, constituindo, assim, uma religião filosófica.

Será perceptível que a fé cristã é imprescindível para a unidade entre a moral racional e a fé histórica, eclesial e revelada.⁷

Desde o momento em que a doutrina cristã está edificada sofre – *auf Facta* –, consta de dois lados: a fé histórica e a fé racional prática.

Nenhum dos dois aspectos pode, na igreja cristã, ser separado do outro como subsistindo por si só. O último não pode separar-se do primeiro, porque a fé cristã é uma fé religiosa, e o primeiro não pode isolar-se do último porque a fé (*fides*) cristã é uma fé erudita.⁸

Essa última condição eclesial é consciente de que a fé cristã é intrinsecamente uma fé histórica e erudita.

Kant entendeu que seria peculiar da fé cristã, enquanto

6 Cf. KANT, Immanuel. *Die Religion innerhalb der Grenzen der blossen Vernunft*. In: *Kants Werke. Akademie Textausgabe*. Vol. VI, Berlim: W. de Gruyter 1968, p. 107.

7 Immanuel KANT, op. cit., p. 164.

8 Immanuel KANT, op. cit., p. 164-165.

fê histórica, remeter diretamente à pura fê moral, dado que o ensinamento de Cristo centrou-se em afirmar que o essencial da vivência espiritual estaria em realizar obras virtuosas feitas com retidão de intenção.

Em Kant, surge um desinteresse por uma hermenêutica histórica sobre o originário da fê cristã e as dúvidas sobre a historicidade do evangelho.

No entanto, para o filósofo de Königsberg não é possível equivocar-se quanto à pessoa que decerto se pode venerar, não como fundador da religião pura, com todos os estatutos, escrita no coração de todos os homens, mas antes da primeira igreja verdadeira.

Para a autenticação desta sua dignidade, como missão divina, queremos aduzir algumas das suas doutrinas como documentos indubitáveis de uma religião em geral, seja como for que se passe com a história. Essas doutrinas só podem ser caracterizações racionais puras, e são, de fato, as únicas que se demonstram a si próprias e sobre as quais deve assentar de preferência a autenticação das outras.⁹

Nas relações com a fê (*fides*), a Revelação (*Revelatio*) é fundamental para uma teologia sistemática. Assim, na doutrina cristã revelada, não se pode, de modo algum, começar pela fê incondicionada em proposições reveladas e só por si ocultas à razão, deixando que se siga logo o conhecimento erudito, dado que, de outro modo, a fê cristã não seria apenas – *fides imperata* –, mas acabaria na – *fides servilis*.¹⁰

Normalmente, em Kant, a “teologia revelada” (*geoffenbare*

9 Cf. KANT, Immanuel. *Schriften zur Ethik und Religions-philosophie*. Segunda parte. Darmstadt: Wissenschaftliche Buchgesellschaft 1981, p. 828.

10 Immanuel KANT, *Die Religion innerhalb der grenzen der blossen Vernunft*, p. 163.

Theologie), como mera erudição e como sabedoria histórica (*Gelehrsamkeit*), terá de ser transmitida porque ninguém a pode encontrar por sua própria razão.

Com vista a estudar as relações entre a Fé e a Revelação surge, em Kant, uma teologia fundamental como disciplina autônoma. Para o filósofo de Königsberg, esse tipo de teologia não poderá substituir, com proveito, a *Moraltheologie*, já que será duvidoso que os homens possam distinguir o bem do mal por meio do conhecimento da vontade de Deus.¹¹

Entretanto, para o pensador da “*Aufklärung*”, privilegiar o ensinamento dessa teologia, baseada na revelação, traria o perigo de desmoralizar a – *Gesetz* –, enquanto ditame moral da razão prática e afirmada pelo – *gutte Wille* –, uma vez que qualquer Revelação Divina correria o risco de apresentar a “Lei Moral” como uma legislação extrínseca e como exigência de um ser supremo, em lugar de chamar à atenção para o – *Gesetz* – que está dentro de mim.

O sentido das relações entre a Revelação de Deus e a lei moral está bem claro quando Kant diz na *Die Religion innerhalb der Grenzen der bloßen Vernunft*: “Ora acerca destes mistérios, enquanto concernem à história moral da vida de cada homem, a saber, como é possível que haja, em geral, no mundo um bem ou um mal moral e como é que, no entanto, do mal surge o bem e é suscitado num homem qualquer, ou porque é que se isso acontece em alguns, outros, no entanto, permanecem de tal excluídos, nada nos revelou Deus e nada nos pode também revelar, porque não o compreenderíamos. É como se quiséssemos explicar e tornar para nós compreensível o que acontece no homem a partir da sua liberdade, a tal respeito

11 Cf. ODERO, Juan. “La Fe Cristiana según Kant”. In: *Salmanticensis*. Vol. 40, 1993, p. 357.

Deus revelou, sem dúvida, a sua vontade mediante a lei moral em nós, mas as causas pelas quais acontece ou não uma ação livre na Terra deixou-as na obscuridade em que, para a indagação humana, deve permanecer tudo o que, enquanto história, se tem de conceber a partir da liberdade em conformidade com a lei das causas e dos efeitos. Mas, acerca da regra objetiva do nosso comportamento, foi-nos assaz revelado, pela razão e pela Escritura, tudo o que necessitamos, e essa Revelação é, ao mesmo tempo, compreensível a todos os homens”.¹²

Assim, em Kant, parece haver uma subordinação da Revelação à Razão pela via da “lei moral”.

O filósofo de Königsberg apressa-se a precisar que esse tipo de teologia não pode substituir com proveito a – *Moraltheologie* – já que é duvidoso que os homens possam distinguir o bem do mal somente por meio do conhecimento da vontade de Deus. Não se dá nenhuma razão do por que ser tão difícil saber o que é reto, uma vez conhecida a vontade de Deus, que Kant costumava identificar com a lei moral.

Privilegiar o ensinamento dessa teologia baseada na Revelação teria o perigo de desmoralizar a “lei moral”, porque qualquer Revelação divina pretendida corre o risco de apresentar a lei moral – *sittliches Gesetz* – como uma legislação exterior e caprichos do ser supremo, em vez de algo interior e necessário à razão.¹³

Assim, uma revelação divina externa, em Kant, pode ser para o homem uma oportunidade de chegar a conceitos intelectuais sobre

12 Cf. Immanuel KANT, *Die Religion innerhalb der Grenzen der blossen Vernunft*, p. 149.

13 Cf. VAN RIET, Georges. “Liberté et espérance chez Kant”. In : *Revue Philosophique de Louvain*, Nr. 78, 1980, p. 206-207.

Deus e pode chegar a ser mais erudita, mesmo que nos seus começos fosse menor. No entanto, com o tempo, chega a ser objeto da tradição – oral e escrita – devendo haver somente uns poucos homens cuja erudição seja suficientemente ampla para poder retroceder até as mesmas origens e comprovar a sua autenticidade.¹⁴ Segundo Barth, a tentativa kantiana, restrita ao campo da filosofia da religião, não tem nenhuma relação com a religião em si mesma. A procura do filósofo dirigida à Revelação, isto é, à Religião positiva e concretamente crente é para ele a procura sobre a fronteira mais além da qual ele se sente e se declara incompetente e onde ele é espectador. Kant declinaria de qualquer responsabilidade e detém-se a contemplar se o teólogo tem o desejo e a valentia de ocupar verdadeiramente o posto de quem anuncia a Revelação (*Offenbarung*), ou seja, a – *Religion* – no interior e no exterior da mera razão.¹⁵

Logo, em Kant, estima-se que a Revelação cristã se submete, de bom grado, ao juízo da teologia filosófica (crítica), visto que é esta última a que pode discernir nos conteúdos da Revelação pela moral necessária e pelo histórico contingente.

No âmbito da Revelação bíblica, a questão-chave nas relações entre fé e revelação, em Kant, assenta naturalmente em saber se a fé cristã é juiz da moral ou, de forma inversa, se a moral é o fator que pode certificar a autenticidade da fé num texto da Sagrada Escritura.

Kant inclina-se decididamente pela última alternativa. A moralidade é descrita por Kant – utilizando termos teológicos – como uma “revelação interior” de Deus, que se produz na *Bewusstsein*.

14 Cf. Immanuel KANT, *Die Rationalitaet*, AK, XXVIII, 22, 1118 ss.

15 Cf. BARTH, Karl. *La théologie protestant au XX^e siècle*. Genebra: Labor 1968, p. 147.

Deus, em nós, é o exegeta-próprio, porque não compreendemos nada mais do que aquela que nos fala pelo nosso próprio juízo e pela nossa “*Vernunft*” e, então, a divindade de um ensinamento que recebemos não pode ser reconhecida de nenhum modo, mais que exclusivamente pelos conceitos da nossa “*Vernunft*”, enquanto sejam moralmente puros e pelos meios infalíveis.¹⁶

Essa seria a suposta justificação pela Fé na excessiva liberdade hermenêutica que Kant considera como os textos da Revelação Bíblica, cabendo à filosofia, como reflexão sobre a verdade, exprimir-se pela *praktische Vernunft*.

A interpretação que se leva a cabo pela Revelação Cristã é paradigma de uma filosofia da religião racionalista, porque faz recair sobre a *Vernunft* a função de visitar e reinterpretar a *Offenbarung* cristã, para julgar sumariamente os erros que esta última contém, e põe em relevo, que será o sentido verdadeiro de seus conteúdos mais discutidos, que, por certo, *a priori* está determinado, já que o sentido verdadeiro da Revelação cristã será o seu sentido moral.¹⁷

É necessário reiterar agora a hermenêutica kantiana do cristianismo (pela fé e pela revelação), como caso particular da sua interpretação das Escrituras e das doutrinas da fé na igreja.¹⁸ A fé encontra-se na Revelação e a esta é dada na fé em Jesus Cristo, sendo aquilo que Kant não encontrou.

Contudo, há momentos em que Kant parece querer corrigir o totalitarismo da *Vernunft*, reconhecendo na *Offenbarung* uma certa “autonomia”. Assim se refere, falando da Revelação, que

16 Cf. Immanuel KANT, *Streit*, AK, VII, 64-65.

17 Cf. KAISER, Ernst. “Kants Prinzipien der Bibelauslegung”. In: *Kant-Studien*. Nr. 18, 1913, p. 99-128.

18 Cf. WINTER, Albert. “Kant zwischen den Konfessionen”. In: *Theologie und Philosophie*. Nr. 50, 1975, p. 35.

uma interpretação da Sagrada Escritura reside fora dos limites da competência da mera *Vernunft*.¹⁹

Conclusivamente, a inadequação da concepção kantiana da fé é resultado de uma deficiente fenomenologia da “fé cristã” que nesse pensador se representa, e será uma imagem manipulada da experiência cristã.

A fenomenologia do “crer” distingue vários sentidos de fé: a fé eclesial, a fé religiosa e a fé interpessoal. Os diferentes significados do termo “crer” encontram-se integrados na fé cristã. No entanto, estão assumidos num nível de sentido mais elevado, porque a fé cristã supõe que aconteceu uma novidade radical na vida do homem: o Deus vivo faz a sua intervenção na história. Cristo tem crenças que não se pode compartilhar com outros homens não-crentes e que aos olhos desses últimos só surgem como “crenças-opiniões” em linguagem do idealismo transcendental e seriam o remanescente puramente histórico da “fé eclesial”, surgindo como opiniões dos cristãos a que Kant chamou de – *fé histórica*.²⁰

Aquilo que distingue a vivência da fé cristã das outras religiões é que essa fé, além de ser a religião em Deus, que Kant denomina de – *fé moral* –, será a *fé interpessoal*, mas não é a “fé interpessoal” em algum homem, a fé eclesial histórica. Todavia, aparece como a fé no Deus vivo. Na fé, Deus revelou-se numa pessoa, e esta pessoa tem um – *elencós* – (argumento): *Verbum caro factum est* (Jo 1.14).

Essa é a principal pedra de escândalo que apresenta o cristianismo perante Kant, como a principal dificuldade para se deixar interpretar como mera religião moral, dotada de formas históricas

19 Cf. Immanuel KANT, *Die Religion innerhalb der Grenzen der blossen Vernunft*, p. 43 ss.

20 Cf. ODERO, Juan. “La comunicabilidad de la fe segun Kant”. In: *Revista Española de Teología*. Nr. 49, 1989, p. 295-306.

arbitrárias, eficazes moralmente e nos limites da simples razão (*der blossen Vernunft*).²¹

III. A FÉ NOS LIMITES DA RAZÃO E NOS FUNDAMENTOS

O – *homo religiosus* –, que determina a sua ação na vida moral, está convencido de que Deus existe e que há um mundo futuro, que não é uma certeza lógica, mas um costume moral. No espírito de Kant, a fé em Deus e no outro mundo, por meio de uma vivência religiosa, está de tal modo entranhada no meu caráter moral (*Gesinnung*) que não se duvida, dado que requer a insaciável ânsia de felicidade.

O imperativo categórico não possui uma função que seja autoridade suprema exterior a mim, mas antes um mandamento ou punição da minha própria *Vernunft*.

Logo, o imperativo categórico representa todos os “deveres” do homem como mandamentos divinos, não se apresentando historicamente.²²

Com efeito, todos os mandamentos, que vinculam os homens por meio do imperativo categórico, fazendo das leis puras práticas uma – *Pflicht* – absoluta (obrigatoriedade interna inexorável) sem depender de vantagens internas ou externas, são deveres sagrados: “devem” ser considerados como mandamentos de um ser que manda incondicionalmente e é independente da natureza. Contudo, a ideia de um ser que manda segundo leis ético-práticas contém o ideal de uma

21 Cf. VANCOURT, René. *La phénoménologie de la foi*. Tournai: Desclée 1954, p. 15-28.

22 Cf. KANT, Immanuel. *Kritik der reinen Vernunft*. Vol. III. *Kants Werke*. Frankfurt: Suhrkamp, 1968, B 857.

persona que, em relação com a natureza, como objeto sensível, será *onipotente*, uma vez que contém um poder resolutório do imperativo categórico em todas as “obrigações” (*Verbindlichkeiten*) da – *Pflicht* – em todos os mandamentos.

A Religião, em Kant, poderá ser entendida em vários graus de exposição: religião natural, religião revelada e religião erudita.

A religião erudita expõe como necessárias teses da *fides* que não podem ser reconhecidas como tais pela *Vernunft*, pelo que devem ser comunicadas sem adulteração a todos os tempos. Essa religião terá de considerar-se como um bem sagrado confiado à custódia dos eruditos.

Enquanto moral, a liberdade do sujeito é um conceito racional prático puro. Apesar de tudo, supõe uma faculdade teórica da razão (*Vernunft*), que todo homem pode se convencer dela praticamente de modo suficiente e exigir a todo o mundo como *Pflicht* o efeito da *Vernunft*.

Segundo os princípios de uma religião racional pura, dado, por outra parte, onde essa união não surge por si mesma daquela unanimidade que a religião pode nos fornecer.

A religião cristã aparece à consideração kantiana como uma religião natural, isto é, racional e universal.

Sem a força criadora e perpetuadora própria dos motivos fundamentais de uma religião racional ética pura não se poderia explicar a sua existência.

A religião cristã é uma religião natural porque abarca todos os deveres.

Uma religião completa – *eine sollständige Religion* – pode ser proposta a todos os homens mediante a sua própria razão de modo convincente.

O mestre do evangelho tornou a religião (*religion*) clarividente, expressiva e plástica. Aparece como o protótipo a seguir uma vez que se apresenta a si mesmo como – *homo moraliter perfectus* – e a humanidade desejada por Deus é aquela na qual se dá a “perfeição moral”.²³

A aceitação dos princípios de uma religião chama-se de modo excelente – *fides sacra*.

No entanto, teremos que considerar, portanto, a fé cristã, por um lado, como uma “fé racional pura”; por outro, como uma fé de revelação – *fides estatutaria*. A primeira pode ser considerada como uma fé livremente aceita por cada um de nós – *fides elicita*. A segunda surge como uma fé imposta – *fides imperata*.²⁴

Considerando que a doutrina cristã está edificada sobre fatos – *auf facta* – não sobre meros conceitos racionais, não se chama só a *religião cristã*, bem como a fé cristã, que foi colocada como base para uma igreja. Apresenta-se com dois pólos: fé histórica e a fé racional prática ou moral.

A fé cristã, enquanto fé erudita, apoia-se na história e não é, enquanto erudição, como sua base, uma fé livre em si e derivada da inteligência das provas teóricas suficientes – *fides elicita*.²⁵

Todavia, enquanto vale para todo mundo e não só para os eruditos, não é unicamente imposta, mas, algumas vezes, chama-se também *fides servilis*, visto que obedece a um mandamento do qual a maioria nem se preocupa por comprovar que seja “divino”. Um erro frequente será antepor a fé revelada à racional e elevar à categoria de dever absoluto, algo sem fundamento de determinação

23 Immanuel KANT, op. cit., B 155.

24 Immanuel KANT, op. cit., B 247; 248; A 233; 234.

25 Immanuel KANT, op. cit., A 249; B235.

moral operativa, que é, na realidade, aquilo que conta.

Segundo Kant, uma igreja assim fundada não tem propriamente “servidores” (*ministri*), mas somente altos funcionários que mandam (*officiales*) depois de terem despojado a Religião racional pura da dignidade que corresponde a ser sempre a intérprete suprema da Escritura e de haver determinado que a erudição escriturística se usa somente por causa da “fé eclesial”. Não deixa de ser um desvio pernicioso para a humanidade, sendo necessário combatê-la “energicamente”.²⁶

A religião cristã, no seu sentido autêntico, tem sobre as demais, incluindo o judaísmo, a grande vantagem de que representa a saúde da boca do seu primeiro mestre como uma religião não estatutária, mas antes uma religião moral. Os primeiros fundadores das comunas encontraram um entrecruzamento com a história dos judeus. No entanto, os fundadores da igreja admitiram esses meios de preconizar episódios entre os artigos essenciais da fé e aumentaram-nos com a tradição ou com as interpretações que obtiveram dos Conselhos e que foram documentadas mediante a erudição.

A verdadeira religião não contém mais que leis (*Gesetze*) e princípios práticos de cuja necessidade incondicionada nós podemos ser conscientes e que, portanto, reconhecemos como reveladas pela – *Vernunft* –, não empiricamente. A partir da boa conduta de vida, figura-se ao homem o que pode fazer para se tornar agradável a Deus, é uma mera ilusão religiosa – *blosser Religionswahn* – e um falso serviço a Deus.²⁷

A ilusão de conseguir mediante ações religiosas do culto algo com respeito à justificação perante Deus é a superstição religiosa

26 Immanuel KANT, op. cit., B251; A 237.

27 Immanuel KANT, op. cit., B 260; 261; A 245.

(*der religiöse Aberglaube*). Assim a ilusão consiste em querer fazê-lo mediante o esforço em ordem a um suposto trato com Deus e que será o fanatismo (*die religiöse Schwärmerei*). Kant conclui que:

- É ilusão suspeita – *aberglausbischen Wahn* –, quer tornar a Deus por meio de ações que todo o homem pode fazer sem que tenha de ser um homem bom, tais como fórmulas de invocação, profissões de fé, observâncias eclesiais, etc.;²⁸

- Chama-se fanática (*scwärmerisch*) ilusão (*Wahn*), em que o medo imaginado, suprassensível, não está na capacidade do homem.²⁹

A ilusão supersticiosa é responsável porque faz do que só é um meio como o objeto imediatamente agradável a Deus. O fanatismo significa a morte moral da razão (*Vernunft*) e sem a razão não pode, em absoluto, ter lugar uma religião (*Glauben*) como toda a moralidade em geral, mas fundada em princípios.³⁰

Com efeito, no interior da igreja estatutária, terá de ser promovido o princípio da religião da boa conduta – *die Religion des guten Lebenswandels* – como a meta verdadeira, para poder um dia prescindir daquelas teses. Trata-se, pois, de educar o homem a viver de modo ético, propondo-se a Lei Moral como “mandamento” de Deus. As ações não possuem qualquer valor moral e têm de ser aceitas como agradáveis a Deus somente enquanto servem como meio para promover aquilo que nas ações é imediatamente bom para a moralidade, isto é, por meio do serviço moral de Deus. Na verdade, usar essas ações para conseguir a complacência divina constitui o – *feticismo* – que procura influir sobre Deus.

28 Immanuel KANT, op. cit., B 267; 268; A 252.

29 Immanuel KANT, op. cit., B268; A 252.

30 Cf. NICOLOSI, Stefano. “Il problema di Dio tra Metafisica e Morale nel periodo critico di Kant”. In: *Sapienza*. Nr. 48, 1995, 173-175.

Aqueles que encontram o serviço de Deus unicamente na intenção de uma conduta boa, diferenciam-se daqueles por meio de um princípio totalmente distinto e muito elevado, por meio do qual aderem a uma igreja (invisível) que compreende em si todos os bons pensamentos, sendo a única que pode, segundo a sua condição essencial, ser a verdadeira igreja universal. Assim, o autêntico princípio da “*Aufklärung*” consiste em situar a religião da *Vernunft* por cima das leis estatutárias da religião revelada. Só assim é que o – *Gottesdienst* – se torna um serviço livre – *freier Dienst* –, transformando-se em – *moralischer Dienst*.³¹

Ali, onde os estatutos da fé são contatados como leis constitucionais, domina um – *Klerus* – que crê poder prescindir da – *Vernunft* – e inclusive, em último lugar, da erudição escriturística, porque, como único autorizado, guarda o intérprete da vontade do legislador invisível, que tem a autoridade de administrar, com exclusividade, as prescrições do – *Glauben* – e, assim, em ordem a esse poder, está-lhe permitido nos convencer, mas somente, – *nur befehlen*. Fora desse clero, todo o restante é laico – *laie* – sem excetuar o chefe da comunidade política. A igreja domina o Estado, não pela força, mas antes pelo influxo sobre os espíritos e mediante, *naturaliter*, o fingimento da utilidade que o Estado deve presuntivamente poder tirar de uma obediência incondicionada.

Uma lei que não faz mais do que nomear para entender-se com qualquer característica da sua autoridade e que comporta na consciência de todos uma incondicional obrigação – *unbedingte Verbindlichkeit* –, a saber: a lei da moralidade e o conhecimento que conduz por si só ao conceito de Deus como o de um legislador

31 Cf. Immanuel KANT, *Die Religion innerhalb der Grenzen der blossen Vernunft*, B276; A 260.

moral, conduzindo a uma fé religiosa para que todo o homem não só a entenda, bem como seja digna de honra no mais alto grau.

O moralmente crente é aberto à “fé histórica”, à medida que a encontra para a vivificação da sua intenção religiosa pura. Desse modo, a “fé histórica” tem somente um valor moral puro, uma vez que é livre e não forçada por nenhuma ameaça.

Suponhamos que o culto, numa igreja, seja orientado para a veneração moral pura de Deus – *auf die reine moralische Verehrung* – segundo as leis prescritas à humanidade *in genere*.

O que deve constituir o conteúdo do discurso religioso, a “doutrina da piedade” ou a da “virtude” (*Tugendlehre*)? O que deve preceder? Kant não duvida em afirmar que a doutrina da virtude será vinculante mesmo sem o conceito de Deus.

A doutrina da piedade, em qualquer dos aspectos, como intuição no seguimento dos seus mandamentos, será por respeito à Lei – *o amor de Deus* – como intenção no seguimento dos seus mandamentos por eleição livre e por complacência na lei, que não constitui por si só o fim último do esforço moral e serve de meio para fortalecer o que em si faz o homem melhor; a intenção da virtude, ao prometer assegurar a esta, como fazer o bem ou como fazer a santidade, a esperança – *die Hoffnung* – do fim último. Os dois aspectos da piedade contêm, além da moralidade, o conceito de um ser suprassensível, provido das propriedades requeridas para consumir o “bem supremo” que por meio da moralidade se tem em observação, mas que vai mais além das nossas faculdades. Pelo contrário, o da virtude é tomado da própria alma do homem.

Pela religião, o autêntico serviço de Deus consiste num “serviço dos corações” – *ein Dienst der Herzen* –, no espírito e na verdade, e só pode consistir na intenção da observância de todos os

verdadeiros “deveres” como um mandamento divino, não em ações destinadas exclusivamente a Deus.³²

O único culto agradável a Deus é o cumprimento da – *Pflicht* –. Tudo aquilo que está fora disso, imagina-se o homem que satisfaz a Deus, sendo plasmado em três formas de – *Wahnglaube* –, nascendo tudo da transgressão e dos limites da razão relativamente ao sobrenatural.³³

Assim, em Kant, a “religião”, nos limites da *Vernunft*, está condicionada ao sentido e à prática da *Pflicht*.

À religião, no âmbito da moral kantiana, não basta o critério da universalização da conduta humana, e tudo o mais que nos proporciona será uma conduta em conformidade com a – *Pflicht* –, ou seja, a “legalidade”, mas não a moralidade que implica falar de intenções que referem um agir não somente conforme ao “*debere*”, mas antes pelo – *debere* –, por puro respeito à lei moral.

Kant pretende salvaguardar, para não pôr em perigo a – *sittlichkeit* –, manter a esperança na possibilidade de configurar este mundo, cujos timbres são distintos do hobbesianismo ao definir o estado da natureza.

Contudo, não nos surpreende que Kant fale do imperativo categórico no âmbito da Religião, como se fosse um mandamento divino, isto é, um imperativo categórico que não precede de Deus (será assim uma teologia) e seja uma moral de heteronomia.³⁴

Segundo a religião, aquilo que manda aquele imperativo pode ser querido por uma vontade absolutamente boa, como a de Deus.

32 Immanuel KANT, op. cit., B299; A 281.

33 Cf. PANEA MÁRQUEZ, José. “Dios: el otro de la conciencia moral”. In: *Pensamiento*. Nr. 51, 1995, p. 432-433.

34 Cf. HÖSLE, Viktor (Ed.). *Metaphysik: herausforderungen und Möglichkeiten*. Stuttgart: Frommann-Holzborg 2002, p. 37-40.

Assim, em Kant, o imperativo categórico aparece como se fosse, no plano de discernimento moral, um mandamento divino necessário para o cumprimento da ação – *moralisches Gesetz*.³⁵

IV. CONCLUSÃO

Kant sustenta que o princípio cristão é a autonomia da razão pura prática, porque não coloca o motor adequado na observância das leis pela consequência desejada, mas antes na representação do “Dever” (*die Pflicht*). Como diz Kant – *die Pflicht ist die Notwendigkeit einer Handlung aus Achtung fürs Gesetz* – (o dever é a necessidade de uma ação por respeito pela Lei).³⁶ O dever indica as ações a que estamos ligados pela própria legislação da liberdade, ele é a matéria da obrigação (*Materie der Verbindlichkeit*). O “Dever” (*die Pflicht*) indica a presença da lei moral como uma representação em nós, que pode ser transgredida, mas não negada. Daqui que o conceito de *Pflicht* inclui em si o de – *Guter Wille*.

Dessa forma, dá-se na conduta humana cristã uma síntese precisa entre autonomia e heteronomia, entendendo-se este último conceito no seu sentido usual. Segundo Kant, o cristão faz o bem porque é o bem e porque o agir será “vontade” de Deus. Contudo, será necessariamente, segundo Kant, a Revelação uma expressão autonômica no cristão, enquanto que a fé se dirige à “heteronomia”, porque vem da “Palavra” que é Jesus Cristo.

Segundo Kant, o “evangelho”, elemento fundamental e constitutivo da Revelação, foi o fator que introduziu, na história humana, a convicção de que o valor da vida humana encontra-se em

35 Id., *ibid.*, p. 153-158.

36 Cf. Immanuel KANT, *Grundlegung zur Metaphysik der Sitten*, p. 26.

ajustar-se à disciplina de uma – *Pflicht* – colocada diante dos seus olhos.³⁷

Jesus Cristo, na “boa notícia da salvação”, pelo segundo “*Kerigma*”, foi quem transmitiu aos homens, para Kant, que a *fides moralis* seria a única que santifica os homens. Segundo a Revelação Neotestamentária, a santidade de vida é um elemento essencial da religiosidade. Seguindo os ditames dessa Revelação, a vida religiosa consiste no esforço para atuar de acordo com a lei moral, guiando-se por uma intenção desinteressada, como a professada pela caridade (1Co 13.5-6). Segundo a Revelação, o evangelho marca o esforço moral no conhecimento de Deus, amando-o com todas as forças e com toda a “mente” (Lc 10.26). A dimensão contemplativa (Maria) da vida religiosa, que é elemento essencial da ética cristã, está ausente do conceito kantiano de *fides* (*Glaube*).

Kant argumentou que a necessidade da moral advém do conhecimento teológico, visto que tudo quanto é defeituoso no nosso conhecimento, naturalmente se estenderá ao preceito moral. Aqui se mostra que, pela divina sabedoria, existe um Deus no qual devemos crer.³⁸

Para Kant, Cristo diz que o sumo bem consiste na comunhão com Deus. Logo, o caminho para lá chegar passa pela boa conduta da fé e não pela visão. A leitura kantiana é parcial pela parca interpretação sobre a fé (*fides*) em termos de conhecimento, e pela reduzida hermenêutica da Sagrada Escritura.

Essa fé, que salva através da não-visão das “coisas queridas”, coloca o homem na posse intelectual dessas realidades

37 Op. cit., p. 25.

38 Cf. MICHALSON, Gordon. *Kant and the problem of God*. London: Blackwell 1998, p. 102.

sobrenaturais.

Na sua obra – *Religião nos limites da razão* –, Kant fornece sentenças de possíveis conexões entre as suas condições racionais da religião como o reconhecimento dos deveres morais pelos mandamentos divinos, bem como nas religiões históricas praticadas atualmente.

Kant parece seguir, mais ou menos, implicitamente o ritmo de uma fé que busca compreender os seus conteúdos – *fides quaerens intellectum*. No entanto, para o filósofo de Königsberg, também poderá ser verdadeira a expressão inversa: *intellectus quaerens fidem*. De fato, segundo o idealismo transcendental, a fé e a revelação aparecem nos limites da razão prática, podendo entender-se como um *a priori* prático vindo da Crítica da Razão Prática.

Na verdade, a Fé cristã e a Revelação são inspiradoras do pensamento kantiano somente no sentido material do termo e do agir. Inspira-se em termos cristãos voluntariamente, mas não na fé cristã (*fides qua*).

Aproveita-se da cultura cristã, mas não filosofa a partir da fé da Revelação. Procura perceber o cristianismo, ao aceitar previamente a fé cristã como fonte de verdade, pelo apoio misterioso do sujeito na Verdade Divina.

O pensador da “*Aufklärung*” alude ao papel da Providência Divina, que salva o homem pela lei moral (*moralisches Gesetz*) e não pela teologia revelada (*geoffenbarte Theologie*). Para Kant, *in stricto sensu* e no âmbito ético, a “lei moral” constitui a *ratio cognoscendi* da “*Freiheit*” como esfera imediata e universalmente compulsiva da presença da “liberdade” no querer humano, na medida em que a lei é o princípio objetivo válido para a conduta de todos os seres racionais. As leis morais, fundamento da fé racional, implicam a simples

conformidade de ação com a lei (*Gesetz*), como a representação da pura forma da lei como móbil do “querer”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BARTH, Karl. *La théologie protestant au XX^e siècle*. Genebra: Labor 1968.
- HÖSLE, Viktor (Ed.). *Metaphysik: herausforderungen und Möglichkeiten*. Stuttgart: Frommann-Holzborg 2002.
- KAISER, Ernst. “Kants Prinzipien der Bibelauslegung”. In: *Kant-Studien*. Nr. 18, 1913.
- KANT, Immanuel. *Kritik der reinen Vernunft*. Vol. III. *Kants Werke*. Frankfurt: Suhrkamp, 1968
- KANT, Immanuel. *Die Religion innerhalb der Grenzen der blossen Vernunft*. In: *Kants Werke. Akademie Textausgabe*. Vol. VI, Berlin: W. de Gruyter 1968.
- KANT, Immanuel. *Schriften zur Ethik und Religions- philosophie*. Segunda parte. Darmstadt: Wissenschaftliche Buchgesellschaft 1981.
- MAGGE, Bruno. *The Philosophy of A. Schopenhauer*. Oxford: University Press 1983.
- NICOLOSI, Stefano. “Il problema di Dio tra Metafisica e Morale nel periodo critico di Kant”. In: *Sapienza*. Nr. 48, 1995.
- NOEMI, Joachin. “Schelling filósofo de la Ilustración”. In: *Theologia y la Ilustracion*, Nr. 33, 1992, p. 129-140.
- MICHALSON, Gordon. *Kant and the problem of God*. London: Blackwell 1998.
- ODERO, Juan. “La comunicabilidad de la fe segun Kant”. In: *Revista Española de Teologia*. Nr. 49, 1989.
- ODERO, Juan. “La Fe Cristiana según Kant”. In: *Salmanticensis*. Vol. 40, 1993.
- PANEAMÁRQUEZ, José. “Dios: el otro de la conciencia moral”. In: *Pensamiento*. Nr. 51, 1995.
- VANCOURT, René. *La phénoménologie de la foi*. Tournai: Desclée 1954.
- VAN RIET, Georges. “Liberté et espérance chez Kant”. In: *Revue Philosophique de Louvain*, Nr. 78, 1980.
- WEBB, John. *Kant's Philosophy of Religion*. Oxford: University Press 1926.
- WINTER, Albert. “Kant zwischen den Konfessionen”. In: *Theologie und Philosophie*. Nr. 50, 1975.
- ZAC, Stefano. “Religion naturelle et religions révélées selon Kant”. In: *Revue de Metaphisique et de Morale*, Nr. 73, 1968, p. 126ss.